



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

O HOMEM A SEU ESPAÇO-TEMPO: abordagens, perspectivas, teorias e métodos

Rúbia de Paula Rúbio^{*}

Ronei Coelho de Lima^{**}

Rafael Fabricio de Oliveira^{***}

Resumo

Este artigo almeja destacar algumas abordagens e concepções que se têm ou se assumem acerca do homem, enquanto categoria de análise, e que serviram de perspectiva às construções teórico-metodológicas do pensamento geográfico ocidental. Pretende-se realizar um esforço de se destacar o que se concebia como homem nas teorizações geográficas, e relacionar às noções paradigmáticas percebidas ao longo desse pensamento.

Palavras-chave: Homem; Epistemologia; Teoria; Método; Pensamento Geográfico.

Abstract

This paper discusses some approaches and concepts about the human being. As a category of analysis, those concepts served to build perspectives to theoretical and methodological construction of Western geographical thinking. The paper's intention is to perceive what has

^{*} Mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Bolsista CAPES-DS. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização – GECIPA, coordenado pelo Professor Doutor Everaldo Batista da Costa (UnB). Correio eletrônico: georubiarubio@gmail.com

^{**} Doutorando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Docente da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Rondonópolis. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq sobre o Urbano e a Cidade – GEURB, coordenado pela Professora Doutora Nelba Azevedo Penna (UnB). Correio eletrônico: roneicoelho@gmail.com

^{***} Doutorando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização – GECIPA coordenado pelo Professor Doutor Everaldo Batista da Costa (UnB). Correio eletrônico: rafabricio@gmail.com



been conceived as human in the geographical theories, in a way to relate this portrait to the paradigmatic notions taken from this thought.

Keywords: Human; Epistemology; Theory; Method; Geographic Thinking.

Introdução

A epistemologia, calcada no estudo e análise do conhecimento, é um caminho profícuo à apreensão de conceitos e teorias dominantes em diferentes formas de saber, nos mais diversos regimes de tempo. Compõe na atualidade, sobretudo no âmbito da ciência, meios objetivos de apreender a existência dos sujeitos e a realização da sociedade nos liames da história e da produção do mundo.

Em meio às preocupações com o rigor das bases teóricas e metodológicas, a influência filosófica de uma particularidade disciplinar, ou mesmo de suas categorias ou conceitos, pouco acaba por ser reservado ao entendimento das aspirações fundamentais que levam os homens a agirem, inclusive em seu labor científico. É necessário, pois, situar os pilares estruturais no entendimento da relação entre pesquisador e pesquisa na concretização de múltiplos projetos.

Ainda que haja uma notável crítica pela sistematização uniformizada das periodizações científicas, mesmo porque as fronteiras e limites de sua produção apresentam-se difusas e relacionadas, é possível entender, como Godoy (2010), que este procedimento pode ser relevante por cumprir uma cumplicidade com a reflexão sobre as concepções teóricas e ideológicas determinadas, que orientam o curso da vida.

Simultaneamente, as possibilidades e limitações reveladas pelas ciências humanas e sociais ao estudo de padrões e de tipos de conhecimento, como a religião ou o senso comum, situando suas interdependências e, no caso do conhecimento científico mais especificamente, sua história e seus temas mais gerais são dialeticamente observados. Primeiro pela dificuldade do estabelecimento de uma objetividade, já que seu objeto é ao mesmo tempo sujeito da pesquisa. Em segundo, no problema de uma generalização lógica, com a conseqüente ausência de uma representação matemática do conhecimento produzido. Ou mesmo dos abalos sofridos pelas dinâmicas condições de instabilidade paradigmática. Tal perspectiva requer o entendimento do contexto histórico de desenvolvimento da pesquisa, sobretudo de seu método, teorias e procedimentos. O reconhecimento de sua situação histórica geográfica

faz com que estes resultados convirjam em propostas reais de intervenção na realidade, viabilizando sua transformação e a consciência destas práticas.

Como os séculos XVIII e XIX marcaram profundas transformações na história do pensamento ocidental, sobretudo pela emergência de uma primitiva organização estrutural das ciências, o conhecimento descritivo das paisagens, lugares e regiões se institucionaliza sobre a qualificação de Geografia. Ganhando corpo no final do século XIX, principalmente em universidades europeias, esta disciplina passa pela autoridade de ciência, e as suas investigações se desenvolvem em meio a expedições e viagens exploratórias, pela busca de novas e diferentes faces da relação entre homem e natureza, assim como dos interesses políticos, econômicos e culturais que emergem com a Modernidade.

Sendo a Geografia associada como disciplina que estuda a relação do homem com a natureza, as significações desse homem e dessa natureza foram se transformando. Percebe-se ora o homem sendo tratado enquanto um ser que sobrevive, ora sendo considerado de forma dissolvida numa sociedade e numa classe social, ora ainda a noção corpórea do homem se tornando complexa e em movimento. Com a natureza também não haveria de ser diferente. Nomenclaturas tentam designá-la ou preenchê-la de sentido para fundamentar determinada análise. Ora ela perfaz um modo de vida, ou um meio, ora ela se humaniza por via do trabalho, ou se dialetiza na relação com o homem.

É hipotético que haja um homem e uma natureza a cada espaço-tempo percebido como paradigmático ao longo da construção da ciência geográfica, para se focar nessa lente científica. E é sobre isso mesmo que este artigo vem dialogar: pretende-se apreender as noções que perpassam a ideia de homem na construção teórico-metodológica de Geografia. A despeito de ser o foco desse estudo o homem, perceber-se-á como desdobramento algumas noções de natureza que se edificam no tensionamento e na correlação para com aquele.

Antes, será preciso esclarecer: optou-se por não elevar o homem, e também a natureza, a uma categoria que o designa enquanto instituição. Isso poderia ser feito, por exemplo, colocando-se letra maiúscula e dando-lhe a forma de Homem, que talvez escondesse a hierarquização de seu aspecto racional perante outros seres com letras minúsculas. Aqui se assumirá o homem enquanto ser que se define ininterruptamente no movimento do mundo, de forma processual, histórica, e que estabelece relações com esse mundo de forma a se voltar a elas mesmas, defini-las, de exercer um esforço cognitivo sobre o Outro e sobre si. Como processo, não se traduz em Homem substantivo e com propriedade de si: são homens que se constroem na simbiose com o mundo.

Dessa forma, irá se realizar uma pequena transição de definições que não devem ser entendidas de forma alguma enquanto substituição de uma noção por outra. São aspectos percebidos deste espaço-tempo de escrita do artigo, e que dispõe sobre aqueles outros anteriores em que essas noções foram teorizadas. Assume-se aqui o risco de não captar os sentidos que se quis dar a essa ou aquela noção, e ainda que a interpretação feita num agora seja tendenciosa a encontrar um sentido evolutivo de pensamento. Entender-se-á, portanto, como sobreposições de noções, que convivem e preenchem análises do presente, e que ainda estão sendo interpretadas de forma situada num espaço-tempo e a seis mãos – que escondem três trajetórias e percepções de vida e de ciência, ou seja, três autores.

Isto posto, explica-se que a tentativa de trazer algumas ideias acopladas no que se chama de Geografia Clássica, para posteriormente trazer as transições e tensões de pensamento para com aquela chamada de Quantitativa, seguida daquela grandemente influenciada pelo que se chama de materialismo histórico e dialético, que possui nomenclaturas diversas, quais sejam Radical, Crítica, Marxista, Ativa. Almeja-se destacar algumas noções presentes em autores que tentaram reafirmar o espaço na ciência, bem como alguns outros que vem tentando preencher as lacunas da Geografia que a impedem de dar conta da complexidade e dos simbolismos em torno da construção e reprodução espacial, identificados como geógrafos com perspectivas culturais.

Antes de prosseguir com os destaques, é preciso ainda realçar que essas adjetivações da Geografia ratificam a ideia de considerar as formulações como dependentes de seus contextos de criação, seus espaços-tempos de pesquisa e de teorização. Servem muito mais para agrupar didaticamente as ideias, do que para dispor sobre suas legítimas significações. E é por isso mesmo que não se deve ater às nomenclaturas.

1. Os homens nas geografias: noções clássicas acerca do homem

Ao se falar em Geografia Clássica, percebe-se que clássico possui a carga de ser algo que resiste ao tempo, mas que também é ultrapassado, ou possa ter sido superado. Dessa forma, as nomenclaturas usadas não seriam livres de pretensas intenções advindas de um espaço-tempo diferente e posterior àquele quando tais ideias foram pensadas e textualizadas. Autores como o francês Paul Vidal de La Blache, o alemão Friedrich Ratzel e o americano Richard Hartshorne não se autodenominaram como clássicos em seus espaços-tempos de

textualizações, e, no entanto, são locados nessa corrente geográfica. Contudo, é possível apreender um eixo norteador ou comum de análise em torno do qual as noções acerca do homem estariam edificadas, através, por exemplo, do diálogo entre os mencionados autores, quais sejam Vidal de La Blache (1911; 1913; 1954), Ratzel (1909) e Hartshorne (1978).

Ratzel (1909) e também Vidal de La Blache (1954) afirmam a possível contribuição de outras disciplinas ao entendimento da pluralidade que envolve a relação homem-natureza, por esta se expressar de forma vasta na superfície terrestre. O homem seria aquele que possuiria características físicas e culturais resultantes das diferenças físicas da natureza e da apropriação distintamente histórica e tecnológica dessa mesma. O homem existiria na natureza, e aí reside sua exterioridade. Ora essa relação é chamada de espaço vital, onde emerge uma noção de onde se vive, ora é chamada de gênero de vida, que dá uma noção de simbiose entre o homem e a natureza. Mas ainda não se verifica a ideia da humanização da natureza a partir de sua apropriação, que alguns chamam de trabalho, ou o papel da imaginação.

As teorias desses autores, que dispõem sobre a vastidão e complexidade da relação homem-natureza no plural, foram de certa forma mutiladas através do que Hartshorne (1978) percebe como exacerbação da rigidez metodológica. Essa se deu a partir da difusão do positivismo, que se impôs – claro, através de sua perpetuação – como uma uniformização metodológica somada à capacidade de definir tudo aquilo que não se encaixaria no rol científico: o mundo da construção do conhecimento, ao menos ocidental, sofreu essa ruptura a ponto de se possuir um método rígido que induziria ao reconhecimento de se tratar de conhecimento válido, legítimo e, pois, científico. Essa rigidez metodológica, pondera esse mesmo autor, poderia sim oferecer caminhos a ser seguidos e possíveis evoluções de pensamento, mas também poderia impedir a criação do novo, inclusive a partir de uma nova abordagem metodológica. Defendendo, portanto, uma produção científica contínua, crítica, criativa, ou o que Vidal de La Blache (1913) chamaria de prazerosa, ou apaixonada.

Porquanto, ainda que se quisesse intrinchar o homem à natureza, destacando suas interdependências – e considerando ainda faltar o que se chamou mais tarde de dimensão psicológica, que diz respeito aos simbolismos e subjetividades que perpassam essa relação –, a exigência metodológica induziu à concepção de homem enquanto aquele que se relaciona a uma natureza específica, e o seu entendimento poderia sobrevir através da descrição de onde se vive, de seu meio, de seu gênero de vida.

Em suma, esses três autores, especificamente em suas obras destacadas aqui, concordam que a Geografia deveria dedicar-se ao estudo da relação Homem-Natureza, e essas

letras maiúsculas guardam em si a ideia de se tratar de duas instituições, dois corpus, um exterior ao outro, a despeito da pretensão de ratificar cada vez mais sua simbiose, seu atravessamento.

O homem se definiria, por conseguinte, a partir da natureza na qual vive, e a Geografia debruçou-se sobre as descrições que perpassam essa relação, com o problema de esgotar aí o fazer-geográfico, fundamentando a grande crítica acerca dessa linha paradigmática da ciência. Fala-se não da crítica à descrição, que ainda hoje é crucial a essa ciência, e sim das descrições fecharem-se em si mesmo, o que motivou algumas inquietações que perpassam a chamada Geografia Quantitativista, em termos da pretensão em dar uso e utilidade aos resultados das descrições.

2. Quantitativista: o homem que se generaliza

Esta Nova Geografia, também chamada de Quantitativista, segundo David Harvey (1974), concebe aquela que vem sido feita como inconsistente, frágil e até informal. A crítica se pauta grandemente sobre as descrições das relações homem-natureza estarem de certa forma se bastando na ação de descrever. Reivindicou-se, por conta disso, a sistematização daquilo descrito: a Geografia caminhava agora num sentido de haver uma complementaridade entre aquilo descrito, convergindo a um modelo geral de descrição que se pautava justamente numa sistematização das descrições. Reside aí uma noção de sistema geral que poderia fundamentar teorias e hipóteses e que seria formado pelo conhecimento daquilo mais local, numa dimensão escalar e aproximativa de análise.

Havia, portanto, uma reivindicação de formalidade na construção do conhecimento geográfico, e esse conhecimento era concebido, segundo Faissol (1973), como aquele que melhor abarca a heterogeneidade da relação homem-natureza e que melhor perpassa as ciências. Esse ritual representava que tais hipóteses, depois de verificadas, aproximariam cada vez mais o homem do conhecimento da realidade.

No entanto, há uma convergência entre os autores locados nessa corrente ou que a discutem, tais como Schaefer (1953), Hartshorne (1978), Faissol (1973) e Harvey (1969; 1974), que é o entendimento acerca dos riscos oferecidos pela simplificação da realidade por grande parte dos modelos. Mas estes autores evidenciam o importante caráter e também a utilidade da vigilância do real pelos sistemas matemáticos, a modelagem e as suas projeções,

bem como as amplas possibilidades de resolução dos enigmas modernos através deles pela Geografia. Com certo respaldo, conferem conclusivamente que, mesmo tendo importante função para o desenvolvimento científico da Geografia,

[...] a aplicação com sucesso de modelos em geografia, não assegura qualquer progresso teleológico no sentido da compreensão completa, porque o esforço científico não reduz a soma total dos problemas a serem resolvidos, pelo contrário, produz um aumento (HAGGET; CHORLEY, 1974, p. 20).

O homem seria, nesse sentido, aquele que verifica a confiabilidade dos dados, como também aquele que pertence ao quadro geral como um próprio dado. Cria-se sistemas sob critérios determinados de análise, e o homem emerge como parte desse sistema se expressando como uma unidade, como uma especialidade, como, de fato, um dado. Porquanto, a noção escalar é merecedora de importância. Quanto maior a escala, entendendo ser aquela que melhor se aproxima das dimensões do real, e aqui se acredita ser um real cartesiano, pois foi verificado; mais uniforme ou passível de total elucidação se torna essa realidade. O homem, como parte dela, torna-se um dado passível de ser generalizado, dependendo do critério da análise. E é o mesmo homem, que é generalizado de forma diferente e dependente do critério generalizador.

Em resumo, as contribuições trazidas pela abordagem sistêmica em Geografia, sobretudo no que se refere à análise ambiental, estariam associadas às propostas de constituição de um método unificador para a Geografia, por meio do estudo da superfície terrestre por uma perspectiva integrada, do desenvolvimento de trabalhos científicos multidisciplinares, do uso efetivo da estatística e cartografia como técnicas de estudos e, por fim, pela preocupação com a gestão e planejamento do território na perspectiva ambiental. O homem ganha em termos de preocupação acerca da realidade que o rodeia e que dela faz parte, mas sua ação, de certa forma, é restringida a um enquadramento de ser um dado, a uma replicação de um modelo, a uma uniformização da própria ação. E é este ponto que motiva grandemente a corrente influenciada pelo materialismo histórico-dialético.

3. Geografia Crítica: o homem que se dissolve numa classe, ou sociedade

Dialogar sobre obras contextualizadas na década de 1970 é pressupor que elas tragam, de alguma forma, contribuições teórico-metodológicas advindas não só do estado cumulativo

de discussão científica, mas como do momento tenso que caracterizava a referida época em que foram escritas, ou que suas escritas foram motivadas. As diversas crises, econômicas, ambientais, sociais, afetavam diretamente os países e seus habitantes de modo que legitimavam uma abordagem questionadora dos rumos tomados pelo homem. Nesse sentido, a Geografia acaba ganhando alguns adjetivos – Ativa, Crítica, Radical, Marxista... – que possuem em comum a tentativa de demonstrar que alguma formulação crítica acerca da sociedade estava sendo feita, e isso preencheria o sentido de se adjetivar essa ciência. Mas, não apenas isso. Os escritos desse momento são carregados de chamados, reclamações e alardes sobre a importância do papel do homem na modificação de sua própria situação na sociedade. É um homem social, em processo social de construção de si mesmo, e que intervém também socialmente, ou como aponta Harvey (1980) para o marxismo, o homem podia mais moldar a história do que o contrário. Seria o homem timoneiro do seu próprio destino, contudo, em conjunto com outros homens, na sociedade, poderia potencializar os processos necessários às transformações almejadas.

Autores, tais como os norte-americanos Smith (1988), Soja (1993), Harvey (1980), e também o italiano Quaini (1979; 1983), explanam com muita propriedade sobre o papel da Geografia ou sobre os rumos que o fazer geográfico deveria seguir mediante esse cenário. Nota-se, nas quatro obras, como a influência do marxismo sobrepujou, ao menos no discurso, as análises que outrora eram apontadas como tendenciosas ao chamado positivismo ou quantitativismo, chamando atenção à sociedade na relação espaço-tempo. É esse o grande enfoque desse momento: onde o indivíduo é considerado na solvência da sociedade que o molda, que lhe dá sentido, e que é construída por ele próprio.

Nesse contexto, Smith (1988) passa a considerar a sociedade-espaço de forma espelhada, da mesma forma, Harvey (1980) discutindo o urbanismo, o concebe como sendo um espelho que reflete outros aspectos da sociedade para além do que se designa de urbano nesse momento, devendo ser tratado relacionalmente, como exemplo um centro urbano que contém uma periferia, não havendo um sem o outro. Porquanto, Smith (1988), mediante a aparente impossibilidade de tratar nesse cenário espelhado a natureza, a coloca como se expressando de duas formas: a primeira estaria ligada diretamente à própria sociedade, influenciando-a em seus mecanismos de rearranjo, ou sendo o alvo de suas intervenções e de seu trabalho. E, outra natureza maior, que compõe o homem, mas que também guarda em si uma nuance da totalidade, em que o tudo seria acometido por essa natureza ampla, objeto de investigação científica. Sendo preciso se atentar para o fato de se falar agora em sociedade, e

não mais em homem como indivíduo, também por conta das análises inspiradas na concepção de classe de Marx.

A partir das noções dessas duas naturezas, e do materialismo histórico-dialético influenciando as análises, desdobram-se noções de homem que poderiam aqui ser destacadas: há aquele homem que interage diretamente com a natureza, a apropriando, e a humanizando através de seu trabalho; como também, há aquele homem contido numa natureza que está além dele próprio e que se traduz numa totalidade dos fenômenos. Percebe-se um atentar para a noção de que o homem humaniza a natureza, e esta natureza naturaliza o homem, numa relação dialética. A dialética passa a fazer parte, portanto, das orientações teórico-metodológicas da Geografia, segundo Neil Smith (1988). Esse esforço abrangente é construído com muita maturidade acerca da noção de totalidade que ainda hoje está em voga. Essa noção dialética hibridiza a sociedade – que abarca o homem - à natureza. O homem se definiria como aquele social, que intervém na natureza a partir de sua produção e reprodução, e que também é naturalizado por ela mesma, que influencia em sua intervenção ou desenvolvimento tecnológico, por exemplo.

Esse homem seria, portanto, um dos elementos que integra essa natureza enquanto totalidade, mas que também exerce o esforço cognitivo de apreender esta totalidade, assim como toma consciência de si próprio quando se reconhecesse enquanto ser social e que produz espaço através dessa condição de ser em sociedade: o que se chamou de espaço socialmente produzido.

4. A espacialidade e a corporeidade: a subjetividade, os imaginários, os processos sociais, contextuais e culturais

Contudo, esse espaço que se produz socialmente tem dimensões para além da produção, esta se expressando por meio do trabalho ou da apropriação da natureza, e que converge aos aspectos que integram sua reprodução. Trata-se de dimensões ligadas ao homem enquanto corpo, considerando que ele se dialetiza num coletivo, e aos imaginários, representações e subjetividades em torno da construção percebida de mundo e que também criam e dão movimento a esse mundo. O espaço, então, não se restringiria a ser socialmente construído, ainda que essa noção disponha sobre uma amplitude importante e paradigmática na construção do pensamento geográfico sobre o mundo. Há imaginários que criam espaço.



Imaginários de si, formados na consideração do Outro. O Eu e o Outro, o Eu-corpo e aquilo colocado como exterioridade se interpenetram, se tangenciam, se constroem no movimento dialético de dobrar-se e desdobrar-se perante o mundo. Claval (2002, p. 32), citando Berdoulay (1988), considera que esse movimento de reforçar o que tem sido chamado de perspectiva cultural na análise geográfica:

[...] implica que se renuncie aos pontos de vista totalizadores e às generalizações sem fundamentos sólidos que proporcionavam. Ela parte do indivíduo e de suas experiências porque é através delas que os homens descobrem o mundo, a natureza, a sociedade, a cultura e o espaço. Indaga também a respeito do real, da maneira como é percebido, das palavras que dizem e das imagens que o traduzem.

Parte de um indivíduo que é situado num contexto social, e que cria a realidade, o espaço e os imaginários de espaço, de realidade e de si mesmo. As ações do homem enquanto indivíduo passam a ser consideradas. Aquilo resultado de sua atividade, os seus produtos e reproduções expressam “o que ele já é e o que ele já alcançou, mas também tudo o que ele pode vir a ser” (KOSIK, 1976, p. 123). Há, pois, e se expressando através de sua existência social, uma hibridização daquilo que seria particular ou individual e aquilo coletivo ou social.

Isso fornece uma abertura de análise à apreensão do indivíduo construtor de mundo através de sua trajetória e de sua imaginação espacial enquanto um ser que é social e que existe mediante uma coletividade. Essa noção se converge para aquela tendência de resgatar os lugares da compreensão social. Ao se pensar, por exemplo, uma cidade, passa-se a considerá-la para além de sua funcionalidade, para além de compatibilizá-la àquela vida considerada urbana – e que poderia ser mais bem problematizada em relação à equiparação entre vida urbana e ofertas de serviços mais complexos e característicos de grandes cidades. O lugar na e da cidade se torna complexo. Passa-se a considerar os lugares criados pelos sentimentos dos indivíduos, que compartilham muitas vezes da ideia do próprio lugar a partir de sua convivência coletiva, de seu cotidiano, mas as significâncias persistem em suas particularidades (MOGIN, 2009).

Oliveira (2002, p. 195) aponta que aos estudos costumeiros, empreendidos pela geografia, deve-se acrescentar:

[...] a atenção às respostas individuais e grupais das pessoas, os levantamentos para se conhecer a percepção e a cognição de moradores e usuários de lugares. Talvez o mais relevante seja considerar a afetividade humana para com a natureza e a sociedade; considerar a ética, os direitos naturais e humanos e quiçá aceitar as diversidades geográficas.

Neste sentido, Kozel (2002) entende, por exemplo, que o ensino de geografia e o estudo das regiões seriam mais profícuos se partissem do cotidiano de vivência dos grupos humanos e suas subjetividades. Assim, “todo conhecimento geográfico está interligado a um contexto de representações sociais que se difundem e podem ser integradas aos conhecimentos científicos.” (KOZEL, op. cit., p. 217). O cotidiano se constituiria, portanto, numa potencialidade através do reconhecimento em si de teorizações científicas que muitas vezes parecem distantes de seu contexto e da caracterização aproximativa no que concerne à escala de análise.

Em suma, o homem parece ganhar as análises como um ser híbrido, e que hibridiza o espaço. Kozel (op. cit., p. 216) entende que “ao resgatar o vivido e as subjetividades, atribui-se à análise espacial maior amplitude para desvendar aspirações e valores pertinentes aos grupos humanos, refletindo-se na organização espacial”. O homem passa a ser aquele que se constrói socialmente, possui também a sua memória formada na hibridização do social com o particular, construindo, por consequência, também a sua identidade a partir dessa hibridização (POLLAK, 1989). Numa lente geográfica, o homem criaria territorializações de memórias na criação de espaço.

O homem, que cria memórias e identidades conjuntamente ao espaço, se torna alvo de atenção, de análises, de gestões e de planejamentos do espaço, ao menos ao nível teórico. Quando se incorpora o vivido às análises geográficas, a compreensão dos processos espaciais, em sua totalidade é enriquecida. Ao considerar suas experiências, ações e valores, distancia-se das classificações, causas e estruturas profundas, base do viés objetivista, já que o homem, em sua plenitude, não pode ser compreendido em fragmentos (KOSEL, 2002). O ser, o homem e seu corpo, surge como contrapartida das análises paradigmáticas. Quando se atinge uma dialeticidade no entendimento geográfico a partir dessa hibridização do Eu-exterior, a Geografia assume um formato que lhe designa a nomenclatura de perspectiva cultural: que poderia acompanhar essencialmente as análises preocupadas com uma importante escala aproximativa a ser considerada na construção do conhecimento geográfico que diz respeito à corporeidade, para além de seu aspecto físico, que incorpora dimensões imaginárias, subjetividades, singulares e o porvir. Corpo que também reivindica espaço e espacializações, na criação de memórias, identidades e existência.



Considerações finais

Dessa forma, a pluralidade atual nas abordagens em Geografia torna-se cada vez mais evidente. A elas associam-se a contribuição de outras disciplinas, tanto humanas e sociais, quanto um demasiado embasamento das próprias ciências naturais. Muitos autores concordam com a dificuldade de classificar as tendências e correntes renovadas da ciência geográfica, levando em consideração o desprendimento com teorias e métodos particularizados.

Percebem-se os diversos imaginários e pressupostos que preenchem o homem enquanto categoria analítica. A categoria não necessariamente tem que representar algo já dado, imutável, significações cristalizadas. O homem só existe em seu movimento: e esse movimento criou noções de homens presas aos seus espaços-tempos de pesquisa e de teorizações.

Tais perspectivas ainda sobrevivem umas com as outras, a despeito das falas que pregam entendimentos paradigmáticos de conhecimento: onde se pretende expressar rupturas de pensamento. Entende-se não se tratar de substituições: abre-se ao entendimento de sobreposições de pensamento, de paradigmas, de reavivamento constante daquilo locado num passado e que ganha vida nas releituras, e que também se projeta num sentido ou num caminho desejado. Ou seja, evidentemente também ao nível do pensamento, as formas e os formatos do pensamento devem incorporar o passado, o presente e o futuro num diálogo constante, simbiótico e dialético. De outra forma, correríamos o risco de incorporar o conhecimento como dogmático, imutável, incorrendo em grave erro, pois como aponta Morin (2000) sendo mencionado por Spósito (2004, p. 79) “todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão” que podem parasitar a mente humana. A verdade de hoje, mesmo aquela de base científica e aceita como um axioma, pode ser o equívoco de amanhã. As verdades, logo, se sobrepõem, em seus pluralismos e movimentos.

O homem, que cria as visões de mundo, as teorizações, e também cria a si mesmo, possui essa peculiaridade que reside no ato de criar (KOSIK, 1979). Ele criou suas próprias significações nos espaços-tempos. Criou paradigmas, abordagens, condicionadas ao seu espaço-tempo num sentido de estarem sempre situadas num espaço-tempo, e não de determinação social da atividade humana.

Portanto, as análises poderiam ser sintetizadas num sentido de considerar que o homem possui sua corporeidade e reivindica um espaço que é social. Imprime a busca da sua própria afirmação como objeto e sujeito. Este homem e a concepção que se tem dele não

pressupõe rompimento com aquele modelo clássico pensado para a disciplina, que poderia ser locado num passado aparentemente superado de conhecimento. Esse homem é resultado de reavivamento de delimitações de si próprio. No que concerne à Geografia, é um homem que emerge e se transforma a partir dos próprios questionamentos acerca do espaço, que segundo Gomes (2009) deve ser problematizado. Esse intrincamento subsidiaria as análises, e alimentaria outras mais. Assim, se ampliaria o olhar sobre a produção do conhecimento e da complexidade constituinte do paradigma atual – em sua construção sobreposta àquilo já trazido à baila.



Referências bibliográficas

- CLAVVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 11-43.
- CHORLEY, Richard J.; HAGGETT, Peter (org.). *Modelos integrados em geografia*. Tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros. São Paulo: USP, 1974.
- FAISSOL, Speridião. *Problemas geográficos brasileiros: análises quantitativas*. IBGE, 1973.
- GODOY, Paulo R. Teixeira de. Algumas considerações para uma revisão crítica da história do pensamento geográfico. In: _____. *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 145-156.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 13-30.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- HARVEY, David. *Explanation in Geography*. London: Edward Arnold, 1969.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, 1980.
- HARVEY, David. Modelos da evolução dos padrões espaciais na geografia humana. In: CHORLEY, Richard J.; HAGGETT, Peter. (org.). *Modelos integrados em geografia*. Tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros. São Paulo: USP, 1974.
- KOSEL, Salete. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete. (org.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.
- KOSIK, Karel. Metafísica da cultura. In: _____. *A dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 111-154.

MOGIN, Olivier. Por uma cultura urbana dos limites. In: _____. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 239-286; 309-315.

OLIVEIRA, Lívia de. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 189-195.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUAINI, Massino. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUAINI, Massino. *A construção da geografia humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RATZEL, Friedrich. Antropogeographie. Stuttgart. 1 ed. (1909). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *Ratzel*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1990.

SCHAEFER, Fred K. Exceptionalism in geography: a methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 43, n. 3, 1953.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. Espacializações: a geografia marxista e a teoria social crítica. In: _____. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 57-116, 1993.

SPOSITO, Eliseu. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Las divisiones fundamentales del território Frances. 1 ed. (1913). In: GOMEZ Mendonza, Josefina; MUÑOZ JIMENEZ, Julio; ORTEGA Cantero, Nicolás. *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

_____. Os gêneros de vida na geografia humana. 1 ed. (1911). *Geographia*, Niterói, ano 7, n. 13, 2005.

_____. *Princípios de geografia humana*. Lisboa: Cosmos, 1954.

